

PERCEPÇÕES DAS MULHERES ACERCA DO FEMININO: O TEMPO COMO FATOR DE INFLUÊNCIA.

Autor: Ana Beatriz Guimarães Moraes

Orientador: Bruna Suruagy Do Amaral Dantas

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

A feminilidade é uma produção social, cultural e política, que precisa ser compreendida a partir de uma perspectiva temporal e histórica. Tendo em vista as mudanças que ocorreram e continuam a ocorrer na vida das mulheres ao longo das últimas gerações, a pesquisa teve como propósito investigar as concepções de mulheres de diferentes grupos etários acerca de si, dos papéis e lugares femininos, assim como analisar se a perspectiva geracional de fato atua como fator de influência sobre tais concepções. A fim de discutir as diferentes abordagens conceituais sobre gênero, suas construções sociais e discursivas, seu caráter ontológico, além das relações de poder e matrizes dominantes imbricadas nessas relações, recorreremos as reflexões filosóficas e críticas de autores com expressiva contribuição acadêmica, como Joan Scott, Judith Butler, Michel Foucault e Heleieth Saffioti. A coleta de dados ocorreu mediante a realização de entrevistas semiestruturadas, com dez mulheres de diferentes faixas etárias, adotando, assim, um recorte geracional. As entrevistas revelam posicionamentos distintos relativos à feminilidade, nas diferentes faixas etárias. No entanto, é evidente como todas as participantes apresentam, em certa medida, discursos e experiências que atuam dentro de uma matriz de poder a partir de práticas regulatórias que limitam e estigmatizam a feminilidade.

Palavras-chave: mulheres; fator geracional; gênero; poder.

ABSTRACT

Femininity is a social, cultural, and political production that needs to be understood from a historical and time perspective. Taking into account the changes that occurred and continue to occur in women's lives over the past generations, the research aimed to investigate the conceptions of women of different age groups about themselves, women's roles and positions, as well as analyzing whether the generational perspective actually acts as an influencing factor on such conceptions. In order to discuss the different concept approaches on gender, its social and discursive constructions, its ontological nature, besides the power relations and dominant matrixes embedded in these relations, we rely on the philosophical reflections and criticisms of authors with expressive academic contributions, such as Joan Scott, Judith Butler, Michel Foucault e Heleieth Saffioti. The data collection took place through semi-structured interviews, with ten women of different age groups, thus adopting a cross-generational approach. The interviews reveal different positions regarding femininity, in the different age groups. However, it is clear that all participants present, to a certain extent, speeches and experiences that act within a power matrix from regulatory practices that limit and stigmatize femininity.

Keywords: women; generational factor; gender; power.

INTRODUÇÃO

As mulheres começaram a ganhar destaque na história a partir do século XIX, quando participaram de manifestações contrárias à discriminação feminina e pelo direito ao voto. As lutas políticas e os debates públicos foram se expandindo cada vez mais até o século XX que, de acordo com Dos Santos (2017), foi o período no qual as mulheres ganharam mais espaço na sociedade. Esta mudança ocorreu em decorrência das Guerras Mundiais, nas quais os homens foram retirados do convívio familiar e colocados no *front* de batalha (PROBST, 2003). As mulheres, a partir de então, adquiriram um lugar no mercado de trabalho e, ainda que assumissem uma posição inferior à dos homens, passaram a ser responsáveis por parte considerável da renda familiar (BORIS; DE HOLANDA CESIDIO, 2007).

De acordo com Rodrigues (2007), o ingresso da mulher no mercado de trabalho e a posterior invenção do feminismo favoreceram a ampliação da reflexão sobre as mulheres. Nos últimos 150 anos, o movimento feminista foi responsável por mobilizá-las para reivindicar a implementação de políticas, a satisfação de demandas e a realização de conquistas como cidadãs (SANTOS; DO SACRAMENTO, 2011).

No Brasil, a situação da mulher só começou a ser verdadeiramente modificada com a Constituição de 1934, que garantiu o sufrágio feminino e o voto secreto. Uma importante conquista foi alcançada na década de 1980, quando foram criados conselhos da condição feminina em todos os níveis de gestão (federal, estadual e municipal), e a questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias.

Além disso, houve uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a defesa de direitos igualitários entre homens e mulheres no país (SARTI, 2001). Entretanto, a despeito das garantias constitucionais em nome da igualdade de gênero, o cotidiano insiste em reproduzir as desigualdades e discriminações contra as mulheres. É importante ressaltar que o Brasil é conhecido por ter uma das legislações mais avançadas do mundo e, mesmo assim, a igualdade de gênero não foi alcançada na prática na maior parte das esferas sociais (ALVES, 2016).

Dessa forma, vale destacar que o Brasil é o 5º país no mundo que mais mata mulheres. De acordo com o Mapa da Violência de 2015¹, o número de mulheres mortas entre 2003 e 2013, corresponde a 13 feminicídios por dia. Dados como esse ilustram

¹ Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

parte da realidade das mulheres, pois, apesar dos últimos anos terem sido marcados por importantes iniciativas governamentais, ainda há pouco para se comemorar em relação ao problema da violência contra as mulheres. Percebe-se, portanto, que atualmente, as mulheres não almejam apenas a erradicação das desigualdades, mas lutam contra os estereótipos, os estigmas e a violência, tendo em vista o fortalecimento do próprio poder de decisão, de ação, de voz e de participação. (ALVES, 2016)

Embora a mulher atualmente tenha assegurado seu direito à cidadania e legitimado seu papel como agente de transformação, os diversos espaços sociais e institucionais ainda demonstram dificuldade de eliminar as ideologias machistas e sexistas. Por esse motivo, é válido analisar também os principais âmbitos sociais nos quais as mulheres cresceram e se desenvolveram, como ciência, educação, trabalho e política.

No que se refere à inserção das mulheres nas universidades e na comunidade científica, Leta (2003) afirma que foi em 1913 que as discussões sobre a participação de mulheres na ciência tiveram início. A literatura sobre gênero na ciência começou a tomar forma e, em 1970, ganhou destaque e importância entre os acadêmicos. Segundo a autora, órgãos internacionais, como a UNESCO, vêm desenvolvendo projetos que têm como objetivo promover discussões e mobilizações para proporcionar uma maior visibilidade das mulheres nas áreas de ciência e tecnologia. No entanto, é preciso considerar que, apesar dos avanços, a realidade brasileira frente a essa temática ainda é embrionária, de difícil acesso e muito dispersa.

Entre as décadas de 1980 e 1990, as mulheres brasileiras aumentaram sua participação tanto na ciência quanto nas universidades. Torna-se evidente a mudança na universidade brasileira no que diz respeito à frequência de mulheres. Dados de 2003 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) sobre as universidades brasileiras revelam que as mulheres já representam a maior fração entre os estudantes matriculados e concluintes. Em 2001, elas representavam 56,3% do total de matrículas (3.030.754) e 62,4% do total de concluintes no ensino universitário (LETA, 2003).

No âmbito da política, é possível perceber que os cargos de poder ainda são de difícil acesso. Historicamente, a participação das mulheres na política tem apresentado crescimento. Em 1995, foi aprovada uma lei que determinou um sistema de cota mínima de 20% para a candidatura das mulheres nos diversos partidos políticos, colocada em prática nas eleições municipais do ano seguinte (GROSSI e MIGUEL, 2001). Dados do

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que², nas eleições municipais de 2016, 31,89% dos brasileiros que se candidataram eram mulheres. A primeira vez que as candidaturas femininas alcançaram 30% do total de candidaturas de um pleito no país foi nas eleições de 2012, o que significa um avanço expressivo em relação aos anos anteriores.

No que concerne ao mercado de trabalho, é importante lembrar que as mulheres foram inseridas neste sistema com seus direitos já defasados. Elas eram submetidas a jornadas de trabalho de 14 a 18 horas, com salários inferiores aos dos homens, o que desvalorizava a mão de obra feminina, classificando-as como subalternas. Desde então, a luta feminina por direitos e igualdade já vinha cumprindo seu papel e, por conta disso, foram criadas determinadas leis que tinham a função de proteger as mulheres (PROBST, 2003). No entanto, foi nesse momento que também surgiram denúncias de investidas sexuais de patrões sobre as trabalhadoras, fato que retrata as situações de humilhação a que as mulheres eram (e ainda são) expostas dentro do ambiente de trabalho (RAGO, 2018).

Além dos fatores históricos, é relevante levar em consideração os números que caracterizam o mundo do trabalho no atual cenário brasileiro. Probst (2003) afirma que, embora o fenômeno da inserção e da igualdade feminina seja um processo lento, ainda assim ele é progressivo. No Brasil, as mulheres representam 41% da força de trabalho, mas somente 24% ocupam cargos de gerência. As estatísticas apontam que as mulheres vêm conseguindo emprego com mais facilidade que os homens, e seus rendimentos crescem a um ritmo mais acelerado, embora sofram maior desvalorização. Apesar disso, é comum que elas sintam mais fortemente o estresse do trabalho, que resulta tanto da necessidade de consolidação da carreira (tarefa mais árdua para a mulher), quanto do fenômeno da “terceira jornada” (PROBST, 2003).

Todavia, as mulheres contemporâneas, apesar das conquistas que foram alcançadas nas esferas da educação, da política e do mercado de trabalho, ainda convivem com uma cultura de discriminação, que dá origem à violência de gênero na sociedade e na vida doméstica (ALMEIDA, 2000). Para discutir profundamente esse fenômeno, considera-se de extrema importância apresentar dados oficiais que evidenciam a violência contra a mulher, já que as taxas de abuso físico, sexual e psicológico no Brasil são exorbitantes.

² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

No site do Governo Federal³, existe uma área específica chamada “Ligue 180”. Dados divulgados na página mostram que entre janeiro e junho de 2018, o “Ligue 180” recebeu 72.839 queixas, sendo que a violência física foi a mais registrada, com 34 mil casos, seguida da violência psicológica, com 24.378, e da violência sexual, correspondendo a 5.978 casos, sem contar aqueles que não foram denunciados em razão das ameaças do agressor ou da falta de apoio à vítima. As subnotificações das violências e crimes perpetrados contra a mulher dificultam a elaboração de um diagnóstico preciso e a realização de um estudo aprofundado, indispensáveis à formulação de políticas públicas. Nesse sentido, o Brasil ainda se mostra atrasado em relação à igualdade de gênero; mesmo que existam no país políticas e centros de atendimento às mulheres, os casos de violência continuam alarmantes, sendo necessário desenvolver novas ações para reduzir os contrastes.

Considerando-se a significativa presença das mulheres em diferentes setores da sociedade, podemos afirmar que, apesar das barreiras estabelecidas socialmente ao longo dos anos, as mulheres travaram coletivamente lutas políticas e enfrentaram poderes constituídos, ampliando, assim, sua participação e ocupando novos espaços. Tendo em vista esse cenário de mudanças e permanências, a presente pesquisa pretende analisar as concepções de mulheres de diferentes grupos etários acerca de si, dos papéis sociais que desempenham e dos lugares femininos que ocupam.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada, é de grande importância que sejam discutidas as perspectivas de gênero com base em distintas abordagens teóricas. Na primeira onda do feminismo, que surgiu no final do século XIX e início do século XX, as mulheres buscavam direitos igualitários. A ideia de que há diferença concreta entre os sexos possibilitou aos autores da época formular uma aceção crítica sobre a construção social de homens e mulheres. Logo, a ideia de papel social permite a problematização do conceito de gênero, uma vez que os papéis femininos e masculinos passam a ser entendidos como produto de uma sociedade, contestando, assim, pressupostos biológicos. No entanto, nessa abordagem, as relações entre os sexos são analisadas sem levar em conta a assimetria de poder entre homens e mulheres (PISCITELLI, 2009).

³ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/08/ligue-180-recebeu-mais-de-72-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulheres-no-primeiro-semester>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

Em meados de 1960, a segunda onda do feminismo inaugura a pauta da dominação masculina. Surge a necessidade de uma perspectiva mais antropológica que enxergue toda a trajetória feminina não como um acontecimento desconexo historicamente, mas intrínseco à cultura e à sociedade. Além disso, essa perspectiva confronta-se com a ideia de que o sexo é estritamente biológico, e o gênero um constructo cultural, tomando um caráter mais político, que leva em conta um sistema de significados das diferenças culturais (PISCITELLI, 2009).

A principal responsável por esse movimento disruptivo foi Gayle Rubin, a qual desenvolveu o conceito de “sistema sexo/gênero”, que se debruçava sobre a naturalidade da heterossexualidade e a subordinação social da mulher (PISCITELLI, 2003). A autora apontava duas categorias sociais, binárias e dicotômicas – “homens” e “mulheres”. Portanto, qualquer outro tipo de arranjo sexual não poderia se encaixar neste sistema, o que leva à obrigatoriedade da heterossexualidade. Rubin, além de propor uma visão inovadora sobre a identidade de gênero, atenta-se à opressão das mulheres e à proibição da homossexualidade (PISCITELLI, 2003). De acordo com a autora, “longe de expressar diferenças naturais, a identidade de gênero representa a supressão de semelhanças naturais” (RUBIN, 1975, p.180)

Às vésperas do surgimento da terceira onda do feminismo, em 1989, Joan Scott se insere no debate de gênero, ressaltando o cenário de desigualdades e buscando meios de modificá-lo (PEDRO, 2005). Scott (1995), a fim de enriquecer a discussão sobre as relações de poder, propôs uma redefinição da perspectiva de gênero, estendendo o debate para as esferas sociais e nos levando a pensar em outras questões que transcendem o feminino, como os conceitos de raça e classe. Assim, a autora afirma:

Além do mais, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1995, p.29).

Na terceira onda do feminismo, entre 1990 e 2000, rompeu-se com a ideia de classificação linear de gênero, entendendo que “feminino” e “masculino” não são mais capazes de contemplar todo sentido contemporâneo de gênero (PISCITELLI, 2009). Judith Butler ganhou notoriedade ao questionar a concepção exclusivamente biológica do sexo, pois, se assim fosse, o gênero seria uma espécie de essência do sujeito, que existiria apenas dentro de uma metafísica (RODRIGUES, 2003). A autora avança no debate e indaga o que seria exatamente o sexo, se possui uma história e como se

estabelece a dualidade que o caracteriza – perguntas que teorias anteriores não conseguiram formular nem responder, pois colocam a categoria do sexo em um domínio pré-discursivo, perpetuando, assim, sua estrutura binária (BUTLER, 2018).

Conforme Butler (2018), o gênero não pode ser definido como uma mera interpretação cultural do sexo previamente estabelecido, pois não há como assumirmos que necessariamente o gênero feminino assumirá um corpo de mulher assim como o masculino um corpo de homem. Mesmo que a definição binária de sexo não pareça problemática, não há motivos para que o gênero também permaneça nessa estrutura.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2018, p. 27).

A autora aprofunda o debate, dispondo-se a analisar a “heterossexualidade compulsória”, categoria que diz respeito à imposição de um tipo padronizado de relacionamento, tanto nas relações heterossexuais quanto homossexuais, atuando como definidor de vínculos sociais marcados pela diferença naturalizada dos sexos. Sua crítica à categoria em questão propõe-se a desnaturalizar a diferença entre os sexos, rompendo perspectivas construídas e cristalizadas a respeito das relações entre os sexos, das diferenças sexuais e das sexualidades (SCHWADE, 2010).

Butler (2018) resgata outro aspecto importante a respeito desse conceito, a chamada matriz heterossexual, associando a sexualidade às determinações valorativas e hierárquicas de gênero. A heterossexualidade compulsória funciona, então, como ideologia que reforça os modelos engendrados na sociedade, consolida a desvalorização do feminino e organiza normas e padrões de conduta, estabelecendo o feminino como parte da totalidade masculina, à qual se atribui superioridade, valor e hierarquia (SCHWADE, 2010). Nessa perspectiva das relações de dominação produzidas a partir da matriz heterossexual, Butler afirma:

A relação binária entre cultura e natureza promove uma relação hierarquizante em que a cultura “impõe” significado livremente a natureza, transformando-a, conseqüentemente, em Outro a ser apropriado para seu uso limitado, salvaguardando a idealidade do significado e a estrutura de significação conforme o modelo de dominação (BUTLER, 2018, p. 74).

Judith Butler também é uma importante estudiosa da teoria *queer*. Essa expressão é assumida por uma vertente dos movimentos homossexuais como forma de

oposição. Queer significa colocar-se contra a naturalização da sexualidade, tendo como principal foco criticar a heteronormatividade compulsória da sociedade (LOURO, 2001).

De acordo com Louro (2001, apud BUTLER, 1999), as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos. Isso significa que, além de reger a forma como os indivíduos devem agir no campo da sexualidade, também são construídos aparatos sociais capazes de materializar o sexo, ou seja, regular práticas identificatórias, impedindo que o sujeito seja reconhecido e representado plenamente, obrigando-o a encontrar outras formas de identificação.

Desse modo, tudo que diz respeito à identidade de gênero é performativo, esvaziado daquilo que o sujeito de fato representa, mas imerso por aquilo que nomeiam. Além de ser efeito dos meios discursivos, ele também se revela no corpo, uma vez que, o gênero só se dá na materialidade dos corpos. Em decorrência disso, ele não assume um caráter ontológico ou pré-discursivo, posto que não há uma essência que o anteceda (FIGUEIREDO, 2018).

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2018, p. 69).

No que diz respeito às estruturas reguladoras e a seu modo de funcionamento, entende-se que a sexualidade sucumbe a esta estrutura, uma vez que é resultado de um conjunto de ações sociais que engendram comportamentos e relações sociais.

Butler (2018), refere-se a Foucault, ao afirmar que sexualidade e poder ocupam o mesmo espaço, dado que ambos são incapazes de assumir um caráter emancipatório, que possa ser livre da lei. A autora prossegue o debate, afirmando que o poder não se dá apenas na lei, mas em todos os mecanismos sociais produzidos intencionalmente como forma de controle, ainda que não sejam percebidos dessa maneira (BUTLER, 2018).

Logo, uma concepção de sexualidade normativa “antes”, “fora” ou “além” do poder, se revela uma impossibilidade. Nesse momento, coloca-se o desafio de operar no interior da matriz de poder, sem que haja uma reprodução acrítica das relações de dominação, tanto heterossexuais quanto masculinas (BUTLER, 2018).

Foucault (2019) destaca que, os sujeitos adquirem domínio e consciência do corpo a partir do investimento do corpo pelo poder. Além disso, aponta que essa relação ente corpo e poder impulsiona a sexualidade do mundo moderno a ser objeto de

vigilância e controle. As formas de poder que antes se revelavam por meio de regimes extremamente disciplinares, passam a se manifestar pelo controle da sexualidade.

Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios e nas famílias...E depois, a partir do anos 1960, percebeu-se que esse poder rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. Descobriu-se a sexualidade, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar outras formas..." (FOUCAULT, 2019, p. 237).

Assim como Foucault define a sexualidade como uma das formas de exercício do poder, Scott assevera que "o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (SCOTT, 1995, p.21). Sendo assim, nem homens nem mulheres se situam fora desta relação.

Pensando no modo como o poder se configura, Saffioti (2002) argumenta a favor da perspectiva de Butler a respeito das matrizes de gênero, postulando que dentre as múltiplas matrizes há apenas uma dominante e as demais competem pela hegemonia. Ademais, confirma a tese de Butler de que sexo e gênero possuem atualmente praticamente o mesmo significado binário, e conclui: "não se trata de pensar na nova educação fora do gênero, mas fora da matriz dominante" (SAFFIOTI, 2002).

Ainda que haja certa liberdade frente à sexualidade, não se pode afirmar que a mulher é responsável ou cúmplice da ordem patriarcal de gênero imposta socialmente, a qual exerce intenso poder sobre a sexualidade feminina. Pelo contrário, ao longo da história, as mulheres têm oferecido muitas formas de resistência ao domínio masculino. No entanto, desfrutam de parcelas irrisórias de poder e são portadoras da consciência de dominadas (SAFFIOTI, 2002). Dessa maneira, torna-se difícil, se não impossível, pensar uma sexualidade, principalmente feminina, que consiga atuar fora da matriz dominante, afastada da heterossexualidade compulsória e livre dos demais mecanismos de poder.

METODOLOGIA

Este estudo adotou o método da pesquisa qualitativa, que se define como uma forma de entender a natureza de um problema social, já que o método quantitativo, mesmo que muito eficiente na quantificação de dados, apresenta limitações ao tentar explicar problemas complexos de natureza psicossocial (RICHARDSON, 2015).

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir com o processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2015, p. 80).

Segundo Richardson (2015), as perguntas do método qualitativo são formuladas de forma clara e específica, mantendo o anonimato do entrevistado para evitar distorção na interpretação das respostas, que pode vir a acontecer por conta da subjetividade do pesquisador. Por motivos como esse, o investigador que se utiliza dos métodos qualitativos deve ser diligente na análise das narrativas, evitando que a subjetividade interfira sistematicamente na construção das conclusões e deturpe os dados coletados.

Outra característica que merece destaque em pesquisas qualitativas é a construção de um olhar distanciado, que leva em conta a necessidade de aproximação em relação ao fenômeno pesquisado, buscando sair de si mesmo para enxergar a realidade com outra lente e identificar as perspectivas do outro de modo a compreender o contexto e as determinações da realidade. Após esse momento de reconhecimento do fenômeno, inicia-se uma fase de distanciamento, que consiste no afastamento do pesquisador de maneira que o evento estudado não seja mais visto apenas pela sua própria lente, mas possa ser analisado a partir de uma perspectiva crítica e externa. Este é provavelmente o processo mais importante e complexo, já que pretende construir uma análise aprofundada e criteriosa, afastando-se dos julgamentos de valor e das ideologias tendenciosas (LEMOS, 2017).

Participantes

O critério de escolha para os sujeitos que foram entrevistados foi estabelecido a partir da definição de geração. No campo das ciências sociais, a geração pode ser definida a partir de três conceitos principais: 1) idades da vida, traduzidas atualmente como infância, juventude, maturidade e velhice; 2) conjunto de indivíduos que vivem em determinado tempo histórico; 3) grupos etários, que foram utilizados como critério na realização deste estudo (MOTTA, 2010).

Conforme Motta (2010), os grupos etários estão relacionados basicamente às idades dos indivíduos que os compõem. Esses grupos podem coincidir com as idades biossociais ou idades da vida, que abrangem desde sentidos socialmente construídos como infância, juventude, maturidade e velhice, abarcando todos os direitos e deveres

sociais de cada coletivo, até um sentido mais objetivo e cronológico, apresentando especificamente um caráter numérico (MOTTA, 2010).

Foram entrevistadas dez mulheres de diferentes grupos etários, residentes do município de São Paulo, que cursaram pelo menos o ensino médio completo, mas que preferencialmente tenham finalizado o ensino superior. Os grupos etários foram divididos em um intervalo de idade de 12 anos, sendo eles: 1) 19 a 31; 2) 32 a 44; 3) 45 a 57; 4) 58 a 70; 5) 71 a 83. No total, a pesquisa foi constituída de cinco grupos; cada um deles composto por duas mulheres. Vale ressaltar que os critérios usados para selecionar os participantes têm como principal objetivo especificar a amostra, e não privilegiar determinado grupo.

Instrumentos

O instrumento metodológico utilizado no estudo foi a entrevista focalizada, a qual oferece maior liberdade ao investigador durante a exploração das questões (MARCONI, LAKATOS, 2003). Conforme Gil (2008), este instrumento confere um elevado grau de liberdade ao pesquisador e ao participante da pesquisa, mas está sempre pautado por um tema específico. O investigador, neste caso, deve criar condições favoráveis para que o entrevistado fale livremente, mas sempre se atentando para não se desviar do tema central.

Marconi (2003) ressaltava também a importância da utilização de um roteiro com questões que foram elaboradas previamente; porém, o entrevistador é livre para construir novas perguntas durante a entrevista, não obedecendo a rigor a estrutura do roteiro. Nesse caso, exige-se que o pesquisador seja hábil e perspicaz para conduzir a entrevista de maneira correta, sem fugir da temática proposta.

De acordo com Marconi (2003), o instrumento apresenta algumas vantagens: fornece uma amostragem muito melhor da população geral; o entrevistado não precisa saber ler ou escrever; oferece maior oportunidade para avaliar atitudes e condutas, favorecendo a observação do entrevistado naquilo que diz e como diz; obtêm-se informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias. O autor também enumera algumas limitações da entrevista, como a dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes; a interferência do investigador no discurso do entrevistado; pequeno grau de controle sobre uma situação de coleta de dados; técnica que ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada.

No que diz respeito ao roteiro de entrevista, foram abordadas questões opinativas e conceituais sobre o feminino, que explorem o que as mulheres pensam

sobre si mesmas; o que a sociedade espera delas, quais são os papéis, comportamentos, sonhos e expectativas das mulheres; as dificuldades de ser mulher e os estereótipos sociais. Também foram formuladas perguntas relacionadas às experiências pessoais e cotidianas das entrevistadas, buscando compreender seus desdobramentos no processo de formação do conceito e do entendimento do fenômeno de gênero.

Procedimentos

As entrevistadas foram abordadas de forma direta e pessoal, e sua participação foi voluntária e espontânea. O lugar para a realização das entrevistas ficou a critério das próprias participantes, que puderam escolher um local de sua preferência. A pesquisadora, por seu turno, foi ao encontro das mulheres. Cabe salientar que o ambiente escolhido, necessariamente, ofereceu condições adequadas ao manejo das entrevistas, ou seja, um lugar reservado e silencioso.

Antes de dar início à entrevista, a pesquisadora entregou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constam informações a respeito da pesquisa. Neste momento, foram prestados todos os esclarecimentos sobre os objetivos, métodos e procedimentos do estudo. É importante lembrar que as entrevistas só ocorreram após a assinatura do TCLE.

Foi garantida a manutenção do sigilo e da privacidade das participantes da pesquisa. Para o uso do gravador, foi solicitada a autorização das entrevistadas. As participantes foram informadas de que as entrevistas poderiam ser interrompidas a qualquer momento e, em caso de interrupção, os dados seriam descartados.

Considerações éticas

As contribuições geradas por essa pesquisa estão relacionadas à produção de conhecimento científico sobre o tema, além da análise do nível de consciência das mulheres sobre questões do universo feminino.

O estudo não oferecerá riscos mínimos às participantes, já que o roteiro evitou perguntas invasivas a fim de minimizar qualquer forma de sofrimento e desconforto.

Metodologia de Análise dos Dados

A metodologia utilizada na pesquisa para interpretar os dados coletados no campo foi a Análise de Conteúdo, que pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, P.31). Bardin (1977) afirma mais especificamente que a Análise de Conteúdo é um conjunto de formas e procedimentos

adaptáveis ao vasto campo da comunicação. Desse modo, entendemos que se trata de uma técnica de análise de comunicações, tanto associada aos significados, quanto aos significantes da mensagem. Com tamanha amplitude de análise, é necessário que haja regras de funcionamento. “A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p.34).

A autora ressalta, ainda, que a Análise de Conteúdo é constituída por fases fundamentais, das quais trataremos sucintamente a seguir.

1) Pré-análise: pode ser entendida como a fase de organização do conteúdo, tendo como função sistematizar as ideias iniciais. Essa fase, portanto, abrange três dimensões: a escolha dos documentos que serão analisados, a formulação de hipóteses e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Essa primeira parte da análise é extensa e possui uma série de atividades e regras ainda mais específicas, já que o intuito é explorar sistematicamente os documentos (BARDIN, 1977).

2) Exploração da matéria: se todos os procedimentos da pré-análise forem seguidos adequadamente, Bardin (1977) afirma que esta fase “não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas” (p.101). Sendo assim, a exploração da matéria consiste em uma tarefa mecânica de codificação, desconto ou enumeração, realizada a partir das regras estabelecidas na fase anterior (BARDIN, 1977).

3) Tratamento dos resultados: este terceiro momento dedica-se a transformar os resultados brutos, obtidos anteriormente, em formas mais significativas. São produzidas operações estatísticas, tabelas e figuras, para ressaltar o significado dos resultados encontrados nas análises (BARDIN, 1977).

A análise das entrevistas contou com a decomposição dos discursos em categorias temáticas, isto é, quatro temas gerais que têm como finalidade abordar as principais questões que surgiram durante as entrevistas. A ideia central da análise é que, por intermédio da interpretação do pesquisador e da fundamentação teórica, os discursos analisados adquiram significados e representem um momento interpretativo, a fim de dar sentido às diferentes experiências de feminilidade das mulheres. As categorias em questão são: 1) Crítica ao feminismo; 2) Idealização do feminino; 3) Maternidade como algo fundamental; 4) Sexualidade feminina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos discursos analisados, fica evidente que existem muitas críticas ao movimento feminista, tanto do lado daquelas que apoiam quanto por parte das que são contrárias. A própria Judith Butler (2018) afirma que o feminismo é minado pela falta de representatividade, uma vez que considera que há uma suposta “universalidade” do sujeito feminino, descontextualizando a mulher em relação à raça, classe, etnia e outros eixos de relação de poder, excluindo muitas mulheres do movimento. No entanto, afirma que a tarefa não é negar o feminismo, mas rever a política identitária, discutindo a noção hegemônica de feminino.

No caso das participantes da pesquisa, os discursos são discrepantes, principalmente se levarmos em consideração as diferentes faixas etárias. As mulheres mais velhas entendem o feminismo como uma proposta que deturpa a mulher, destruindo sua feminilidade. Algumas entrevistadas revelam: *“Se você perceber, quando surge esse movimento feminista, as mulheres perdem a sua identidade”* (Maria, 79 anos). *“Eu acho que tem muita bobeira no meio, isso de tirar a roupa, a mulher está se expondo, não acho certo isso, acho que esses movimentos que elas fazem não têm nada a ver”* (Maise, 71 anos).

Já as mulheres que se aproximam da meia idade demonstram que entendem a importância das conquistas que o feminismo assegurou, mas consideram que o movimento assumiu uma perspectiva limitada e cristalizada, que supostamente impôs o abandono da “feminilidade” e estimulou nas mulheres condutas excessivas e radicais na defesa das pautas feministas. Elas dizem: *“A gente viu muito extremismo de mulheres que perderam a sua beleza no sentido do feminino, nessa luta de igualdade o limite do valor da mulher foi muito tênue. Então, a gente vê muitas mulheres que não souberam manter esse lado feminino que é especial e único, isso não precisa ser destruído para que a mulher seja empoderada”* (Helena, 54 anos). *“Eu acho que até um certo momento é importante, a gente acessa mais coisas profissionalmente e no mundo social, mas em contrapartida, a mulher não pode deixar a sua feminilidade, a sua parte mulher”* (Giovana, 41 anos).

Já as mulheres mais novas apresentam um discurso de apoio ao feminismo, reconhecem que o movimento é significativamente heterogêneo e, por isso, possui fragmentações, mas compartilham o entendimento de que seu papel é fundamental na emancipação da mulher na sociedade. As entrevistadas afirmam: *“eu acho muito importante a gente continuar com ele [o feminismo], para conquistarmos cada vez mais espaço, por mais difícil e complexo que isso seja”* (Carla, 20 anos). *“Ele ajudou muito a*

gente a ser inserida na história, ajudou a fazer muita justiça... Eu não apoio 100% o movimento, mas não posso negar que ele foi e ainda é muito importante e nos ensina e rever determinadas coisas para as quais não estamos habituadas a olhar (Aline, 27 anos).

Nota-se que, na maior parte dos discursos, principalmente das mulheres mais velhas, há uma predição de que a mulher precisa ser dotada de “feminilidade”. Fica evidente que essa “feminilidade” à qual se referem está ancorada na noção binária de masculino/feminino. O binarismo de gênero é uma estrutura na qual a mulher só é reconhecida como tal, se possuir as características exclusivas do feminino, excluindo da categoria de mulher toda aquela que se desvie desse padrão. Butler afirma que o feminismo persiste em ancorar-se nessa lógica universal e fictícia de mulher, que gera falta de representação e consequentemente exclusão. *“Talvez, paradoxalmente, a ideia de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em parte alguma”* (BUTLER, 2018, p. 25).

Ainda em relação à visão essencialista do feminino que está (im)posta socialmente, as entrevistadas relacionam a mulher a uma série de conceitos ligados à espiritualidade, ao sagrado, ao divino. Trata-se de um ser maravilhoso, totalmente idealizado, desmaterializado e etéreo. Em grande parte, as narrativas trazem lógicas pré-discursivas, que dão às mulheres uma definição descontextualizada, do ponto de vista analítico e político. *“[Ser mulher] é ser abençoada, é ter tido a graça de Deus, porque nós somos responsáveis pela geração que vem por aí”* (Mariana, 79 anos). *“É um encanto que Deus colocou em nós para enfeitar um pouco o mundo, porque o homem já é mais sério, o próprio aspecto da mulher já é mais gracioso...”* (Naiara, 61 anos). *“Eu acho que mulher é tão ‘foda’, mulher é tudo, é a base de tudo, que estabiliza qualquer coisa”* (Paula, 34 anos). *“Hoje penso que ter nascido mulher é algo realmente fantástico, apesar de algumas coisas serem difíceis eu sei que a gente tem a voz para mudar isso”* (Carla, 20 anos).

É possível observar como a compreensão da sexualidade, de fato, é incapaz de atuar “antes”, “fora” ou “além” das relações de poder. Mesmo que todas as entrevistadas tenham experiências pessoais e únicas com o feminino, há características comuns em todas as declarações dadas, o que mostra que as relações de poder se revelam nos discursos, sem que os sujeitos ao menos se deem conta. É notório que há dificuldade de compreender que a mulher antes de ser mulher é sujeito, permeada por questões históricas, sociais e políticas. Nesse sentido, Judith Butler afirma:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços

predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2018, p. 21).

A maternidade é uma das formas de controle da sexualidade feminina. Existe certa idolatria da mulher que é mãe, partindo-se do pressuposto de que o autossacrifício que a maternidade impõe às mulheres enseja o “auge” da feminilidade. Ao indicar que o sacrifício é de responsabilidade exclusiva da mulher, esse discurso reforça a naturalização dos papéis de gênero, já que compreende a maternagem como uma função naturalmente feminina. Além de sobrecarregar as mulheres que desejam ser mães, o discurso fere aquelas que não desejam exercer o papel da maternidade, acusando-as de serem menos mulheres ou de estarem esvaindo sua feminilidade.

A maioria das entrevistadas manifestou o desejo de ser mãe, e aquelas que já exerciam a maternidade, expressaram uma profunda alegria de ter vivenciado essa experiência. No entanto, há certa discrepância nos discursos das diferentes faixas etárias; algumas das entrevistadas mais velhas, além de destacarem a importância da maternidade, compartilharam que não conseguiam entender por que atualmente as mulheres desejam ter cada vez menos filhos. *“A mulher é feita para a maternagem, mas eu não sei o quanto as mulheres de hoje estão preparadas para ser mãe”* (Mariana, 79 anos). *“Por mais que algumas mulheres escolham não passar por ela [maternidade], eu acho que é como uma mulher que passa pela vida sem desfrutar de todos os aspectos da vida”* (Helena, 54 anos). *“[A maternidade] é tudo né, ela se completa...”* (Naiara, 61 anos).

Algumas mulheres apresentaram outra perspectiva a respeito da maternidade, embora tenham desejado ou tenham apreciado muito essa experiência: *“Eu acho primeiro, que você tem que pensar bem se você quer isso para você ou não, porque nós somos livres para ter ou não ter, ser mãe ou não ser”* (Yasmin, 55 anos). *“Eu acho muito importante para mim, porque eu quero muito ter filhos, mas eu acho que você tem que querer muito e não ter um filho porque a sociedade quer que você tenha”* (Paula, 34 anos). Nesses enunciados, a maternidade não deve ser um imperativo do corpo ou da sociedade, mas um ato da vontade e uma expressão da escolha individual – concepção distinta das mulheres mais velhas, que concebem a maternidade como um fenômeno intrínseco à vida feminina e, por isso, obrigatório e universal.

As participantes da pesquisa, de modo geral, idealizam a figura feminina. As mulheres mais velhas colocam a maternidade no centro de suas existências, afirmando

que ser mulher é ser mãe e que essa experiência é perfeita e inabalável; poucas mencionam as dificuldades e o peso das atribuições maternas. A idealização das mães termina instigando o estigma e o julgamento duro daquelas que não alcançaram esse ideal. As entrevistadas mais jovens, por sua vez, idealizam a mulher a partir do discurso do empoderamento feminino, reforçando que ser mulher é ser capaz de enfrentar qualquer tipo de situação e dar conta de tudo. De certa forma, essa perspectiva coloca sobre as mulheres uma carga de estresse decorrente da elevada necessidade de aprovação social, adoecendo ainda mais indivíduos que já são cobrados e pressionados em muitos outros âmbitos da vida.

Segundo Foucault (2019), o corpo e a sexualidade são novas formas de vigilância e controle. Ao serem questionadas sobre a sexualidade feminina, as entrevistadas expressam diferentes compreensões, principalmente se levamos em consideração as diferenças etárias. No entanto, é interessante observar a constante presença da matriz dominante nas falas e experiências.

Na perspectiva das mulheres mais velhas, é responsabilidade exclusiva da mulher cuidar da sexualidade, protegê-la e prezar por ela. A gravidez, por exemplo, é própria do corpo feminino e, por esse motivo, ela deve constantemente vigiá-lo, controlá-lo e instruí-lo. Esse aspecto ganha relevo no discurso de uma das entrevistadas, que tem dois filhos homens: *“Acho que o importante é não confundir liberdade com libertinagem, isso precisa ter muito cuidado, não tenho nenhuma filha mulher para falar isso, mas se tivesse, teria que ter uma conversa muito franca, porque é um negócio muito pessoal e muito sério.”* (Naiara, 61 anos).

Apesar das inúmeras resistências dos movimentos feministas, ainda persiste uma série de aparatos sociais que caminham no sentido contrário. Esses aparatos se manifestam principalmente nos comportamentos e discursos, como se verifica na declaração de Maisa, 71 anos: *“Acho que a sexualidade está muito solta para quem não tem muita responsabilidade, não tem muita firmeza nos pensamentos. Eu posso ser um pouco quadrada nessa parte, porque eu acho que é uma coisa que precisa ter muito cuidado. Acho que a meninada está muito solta e deveriam se resguardar um pouco [sic]”* (Maisa, 71 anos). Apesar das tantas conquistas que as mulheres alcançaram, ainda resiste a noção de que a sexualidade vivida em sua plenitude é um equívoco moral e um perigo subjetivo cujas consequências são danosas. Nesse caso, a sexualidade livre e emancipada provoca temor, porque parece representar uma ameaça. Esse medo atua veementemente como forma de controle. Conforme Foucault (2019), *“em nome desse medo foi instaurado sobre o corpo das crianças – através das*

famílias, mas sem que elas fossem a sua origem – um controle, uma vigilância, uma objetivação da sexualidade como uma perseguição dos corpos” (FOUCAULT, 2019, p. 236).

Não obstante as entrevistadas mais novas defendam a liberdade e o desejo de emancipação, convivem com uma série de fatores impeditivos para que se viva uma sexualidade livre do controle. *“Às vezes, eu preciso falar com alguém sobre algum assunto, e tem amiga minha que não quer falar sobre, elas acham que tudo que envolve sexo a gente precisa conversar meio que “escondido”, eu acho que deveria ser algo muito mais normal, sem esses tabus” (Aline, 27anos).*

É evidente que não são apenas os comportamentos e discursos que constroem as normas regulatórias, mas um conjunto de procedimentos e aparelhos institucionais, como a falta de informação e educação sexual que deveria ter espaço nas escolas, famílias e demais instituições. A ausência desse tipo de conteúdo impede que mulheres possam cuidar e explorar os próprios corpos, e torna ainda mais difícil o reconhecimento de um possível abuso ou violência, retirando das mulheres o domínio sobre a própria sexualidade. *“Da mesma forma que temos uma suposta liberdade hoje, não temos acesso a certas informações, isso não é falado nas famílias e nas escolas, ainda é tratado como tabu, e de certa forma isso impede nossa emancipação sexual” (Carla, 20 anos).*

A sexualidade feminina se torna performativa, uma vez que é produto de um conjunto de atos repetidos, cristalizados e socialmente esperados daquele gênero. Portanto, as mulheres acabam por experienciar apenas o que lhes é socialmente permitido e aceito, sem levar em consideração que o gênero extrapola qualquer definição pré-discursiva, como Butler ressalta: *“O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjunto considerada” (BUTLER, 2018, p. 42).*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa comprova que a concepção das mulheres sobre elas mesmas apresenta importantes diferenças em diversos aspectos. A idade, um dos principais fatores de mudança, se mostra bastante relevante no estudo, visto que há visões divergentes nas diferentes faixas etárias. Os discursos e vivências de cada mulher são determinados pela temporalidade histórica, pelas contingências sociais e pela história pessoal de cada uma delas. Entretanto, fica claro que, apesar das perspectivas divergentes, a maioria dos discursos sofre as determinações das relações de poder, produzidas a partir das matrizes heterossexual e masculina.

Nos enunciados das entrevistadas, as discussões de gênero, sexualidade e corpo ganharam centralidade, ora mediante a reprodução das normas sociais, ora pela problematização dos papéis cristalizados. Cabe salientar que, ao longo de décadas, as mulheres travaram lutas políticas, ampliando sua participação na esfera pública e ocupando novos espaços sociais. Suas reivindicações não se restringem à erradicação das desigualdades, mas incluem também o combate aos estereótipos e o enfrentamento das relações de poder. A discussão de gênero, portanto, é relevante e necessária, pois pode instigar reflexões críticas sobre as estruturas de poder cristalizadas, indicando possibilidades de vivenciar a feminilidade fora da matriz de dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. The challenges of gender equality in the twenty-first century. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 629-638, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, n. 20, p. 40-55, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, SÔNIA. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

LEMOES, Felipe Diemer. A questão epistemológica do pesquisador que pesquisa dentro da sua organização. **Anais do Interprogramas Secomunica**, v. 2, 2018.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v.9, n.2, p.541, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 225-250, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Comentário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 211-218, 2003.

_____. Gênero: a história de um conceito. In: Almeida & Szwako. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, p. 1-8, 2003.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M.; PINSKY, C. B. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 578-606.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 179-183, 2005.

RODRIGUES, Valéria Leoni. A importância da mulher. 2007. Disponível em: Acesso em: 4 out. 2018.

RUBIN, Gayle. The traffic in women. **Towards an Antropology of Women**. p. 160-207, 1975.

SANTOS, Ramaiane Costa; DO SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira. O Antes, o Depois e as Principais Conquistas Femininas. **Anagrama**, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2011.

VI SEMINÁRIO NACIONAL E II SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E PRAXIS EDUCACIONAL, 6., 2017, Bahia. **Uma análise feminista e pós-colonial das conquistas femininas das mulheres do campo entre os anos 2003 e 2010...** Bahia: Seminário GEPRAXIS, 2017. 18 p. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7320/7097>>. Acesso em: 09 out. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Violência contra a mulher e violência doméstica. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 2002.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 31-48, 2001.

SCHWADE, Elisete. Heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano: diálogos. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. aum. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Contatos: anabgmoraes@gmail.com e bruna.dantas@mackenzie.br